

VILÉM FLÜSSER

A crise israelense.

É possível que este artigo, escrito no dia 26 de maio, chegará na mão do leitor depois do desfecho (sangrento ou anticlimactico) da crise. É igualmente possível que a crise se instaurará para formar um dos elementos relativamente estáveis e corriqueiros da nossa cena. Mas hoje ela é crise autentica, a saber ponto culminante de um desenvolvimento lento, a partir do qual se abre um número indeterminável de caminhos imprevisíveis. Isto é o significado do termo "crise": ponto no qual um processo relativamente previsível torna-se a rigor imprevisível. A crise é portanto o momento da opção, da decisão, da escolha. Tem a ver com crítica, com critério, em suma com liberdade. A crise israelense, tal como ela se dá hoje, é neste sentido um apelo. Se enfocada assim, não perderá nunca em atualidade.

A leitura matinal do jornal tem vários aspectos. Se leio os programas dos cinemas, decido se vou assistir ou não um determinado filme. Se leio comentários políticos, aumento, (ou não), as minhas informações e arquivas mentalmente para decisões futuras. Se leio o noticiário político reforço ou enfraqueço decisões previamente tomadas. Mas todas essas decisões, atuais, virtuais ou passadas, são de certa forma periféricas, e não atingem o núcleo mesmo da minha existência como ser livre. Por isto é a leitura do jornal via de regra uma desconversa acompanhada apropriadamente de café e do pão com manteiga. Mas quando o pão fica engasgado, é que saltou, da página do jornal, um desafio que chama por uma decisão existencialmente significativa. É o caso da crise israelense. É o caso de tomar uma decisão "hic et nunc", e não de perguntar para quem os sins dobram. Dobram por mim, e posso evitar o seu apelo apenas se me recusar a ser eu mesmo. No caso: dobram por mim, a não ser que me recuse ser judeu. Óbvio, posso recusar-me. Posso recusar essa parte do meu destino, negar-me a mim mesmo nesse aspecto. Mas essa negação é uma decisão existencial, e, (como toda decisão), irrevogável. Se digo que a crise israelense não me toca existencialmente, tomei uma decisão irrevogável quanto ao meu judaísmo. Nunca mais poderei ser autenticamente judeu. E isto significa que me tornei, definitivamente, mais pobre. E agora é o momento de decidir-me.

Suponhamos que me decido pelo abandono do meu judaísmo. Neste caso posso contemplar a crise israelense de um ponto de vista objetivo. Posso comparar a posição dos árabes com a dos judeus, posso analisar os motivos dos vários movimentos árabes, (socialistas, religiosos, nacionalistas), posso avaliar os sentimentos e ressentimentos dos que foram prejudicados e ofendidos pelos judeus, como posso igualmente julgar o empenho dos judeus, as suas várias tendências socialistas, religiosas, nacionalistas e messianicas, e as realizações nas quais essas tendências resultaram. E posso enquadrar essa cena toda no grande palco da rivalidade política e econômica que caracteriza a atualidade, de modo que os árabes e judeus me apareçam como bonecos puxados por cordas invisíveis. Posso fazer tudo isto, e esta será minha liberdade. O que não posso doravante é dizer que sou judeu. Esta liberdade terei perdido. É bom que eu saiba disto.

VILÉM FLUSSER

Suponhamos agora que me decido em não negar o meu judaísmo. Os motivos dessa decisão podem ser complexos demais para uma análise lúcida e concludente. Por certo não serão inteiramente racionais, já que provêm do próprio cerne do meu Eu. Mas, em todo caso, decido que não posso deixar de ser judeu sem prejuízo fundamental, (digamos: sem perda de dignidade). Com esta decisão perdi a liberdade da objetividade. A minha decisão me tira este direito. Devo empenhar-me, enquanto judeu, em prol dos judeus. Portanto subjetivamente. Valores não objetivos regerão doravante o meu pensamento e o meu comportamento. Não procurei mais uma verdade objetiva, mas a minha verdade, (que é judaica). Não buscarei mais um bem objetivo, mas o meu bem, (que é o bem judeu). É bom que eu saiba disto, e que não procure ofuscá-lo por conversa fiada perante os outros e perante mim mesmo.

Confrontado com a crise israelense é minha decisão em prol do meu judaísmo incômoda ao extremo. Não apenas porque me condena à subjetividade. Mas também porque me força a agir dentro dessa subjetividade. Devo empenhar-me. Devo agir, e devo fazê-lo imediatamente. Se não o faço, ou se o faço simbolicamente e ritualmente, (por exemplo dando dinheiro ou fazendo belos discursos e escrevendo artigos bonitinhos), serei um sujo, (no sentido sartriano, isto é no sentido comum da palavra). O meu empenho deve ser um risco. Devo arriscar-me. É claro que surgem imediatamente os problemas de como e onde empenhar-me, e que fazer se ninguém quer aceitar o meu empenho. Mas esses problemas apenas fazem parte do extremo incômodo que é a decisão em prol do meu judaísmo. Com efeito, um dos propósitos deste artigo é o de expor esses problemas. Tudo isto já se dá no clima da decisão tomada. É bom que eu saiba também disto, e não procure minimizá-lo.

Esta é pois a opção diante da qual a crise israelense me coloca: aceitar ou recusar o meu judaísmo. Não posso fugir a essa opção, sob pena de renegar a minha liberdade. E não posso refugiá-me em posição ambivalente, (por exemplo na posição de uma "objetividade judaica"), porque isto me condenaria à inautenticidade. Essa opção fundamental devo tomá-la por mim mesmo. Ninguém, nenhuma "autoridade", pode substituir-me nesse exercício da minha liberdade. E todas as minhas ações futuras serão resultado, (de alguma forma), da decisão tomada. Este é o significado dramático do termo "crise".